

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do  
relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2018

# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	13

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

**Grant Thornton Auditores Independentes**  
Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 105 – 12º andar  
Edifício Berrini One | Itaim Bibi  
São Paulo | SP | Brasil  
T +55 11 3886.5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Concessionária Rota do Atlântico S.A.**  
Recife – PE

## **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota do Atlântico S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Ênfases**

### **Investigações e medidas judiciais em andamento**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação “Lava-Jato”, que tem por objetivo, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht e Grupo Invepar, do qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Procedimento arbitral**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 20 às demonstrações contábeis, que inclui informações referentes ao recebimento pela Companhia, em 25 de agosto de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerentes a Construtora Norberto Odebrecht S.A. e a Construtora OAS S.A. (em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis do complexo viário e logístico de Suape – *Expressway*, firmado pelas partes em 29 de julho de 2011. Seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, em 11 de setembro de 2017 a Companhia apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. Em 23 de outubro de 2018, foram protocoladas as respostas às alegações iniciais e em 24 de janeiro de 2019 a réplica às respostas. No momento, os assessores legais da Companhia não têm condições de realizar uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos das requerentes, procedimento este, que somente poderá ser efetuado com as evidências apresentadas pelo requerente durante o curso do processo de arbitragem.

As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2019



Edinilson Attizani

CT CRC 1SP 293.919/O-7 "S" – PE

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1 "S" – PE

# Concessionária Rota do Atlântico S.A.

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e

### 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

#### ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.247	14.769
Contas vinculadas	7	5.218	5.082
Contas a receber	8	1.470	1.550
Tributos a recuperar	-	459	1.227
Outros ativos	-	1.102	1.152
		<u>18.496</u>	<u>23.780</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19 (a)	3.161	4.832
Outros ativos	-	<u>28</u>	<u>35</u>
Imobilizado	-	56	73
Intangível	9	<u>241.119</u>	<u>247.770</u>
		<u>244.364</u>	<u>252.710</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>262.860</u></u>	<u><u>276.490</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

## PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	10	2.484	3.316
Empréstimos e financiamentos	11	9.658	8.586
Tributos a recolher	-	566	626
Obrigações sociais e trabalhistas	-	1.048	789
Provisão para manutenção e conserva	12	3.927	1.536
Outros passivos	-	59	45
		<u>17.742</u>	<u>14.898</u>
<b>Passivo não circulante</b>			
Mútuo - Partes relacionadas	13	88.084	81.236
Empréstimos e financiamentos	11	115.161	124.042
Provisão para manutenção e conserva	12	260	260
		<u>203.245</u>	<u>205.538</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	14	126.756	126.756
Prejuízos acumulados	-	(84.883)	(70.702)
		<u>41.873</u>	<u>56.054</u>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u>262.860</u>	<u>276.490</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Concessionária Rota do Atlântico S.A.

### Demonstração do resultado exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Receita líquida	15	49.166	48.095
Custo dos serviços	16	(34.910)	(30.626)
<b>Lucro bruto</b>		<u>14.256</u>	<u>17.469</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	17	(8.686)	(8.758)
Outras receitas líquidas	-	11	1
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido</b>		<u>5.581</u>	<u>8.712</u>
Receitas financeiras	18	1.203	1.956
Despesas financeiras	18	(19.294)	(23.071)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<u>(18.091)</u>	<u>(21.115)</u>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>(12.510)</u>	<u>(12.403)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19 (b)	(1.671)	(2.034)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u>(14.181)</u>	<u>(14.437)</u>
<b>Prejuízo básico por ação no fim do exercício - R\$</b>	14 (b)	(0,10)	(0,10)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Concessionária Rota do Atlântico S.A.

### Demonstração do resultado abrangente exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo do exercício	(14.181)	(14.437)
Resultado abrangente	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>(14.181)</u></u>	<u><u>(14.437)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Concessionária Rota do Atlântico S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Em 1º de janeiro de 2017</b>	126.756	(56.265)	70.491
Prejuízo do exercício	-	<u>(14.437)</u>	<u>(14.437)</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	126.756	(70.702)	56.054
Prejuízo do exercício	-	<u>(14.181)</u>	<u>(14.181)</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>126.756</u>	<u>(84.883)</u>	<u>41.873</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Concessionária Rota do Atlântico S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	(12.510)	(12.403)
<b>Ajustes</b>		
Margem de construção (Nota 15(i))	(26)	(18)
Depreciação e amortização (Nota 16 e 17)	9.731	9.545
Juros e variações monetárias líquidas (Nota 11 (i) e 13)	19.016	22.753
Provisão para manutenção e conserva (Nota 16 e 17)	2.131	1.796
	18.342	21.673
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber	80	40
Contas vinculadas	(136)	(147)
Tributos a recuperar	768	(431)
Outros ativos	57	(203)
Fornecedores	(669)	1.605
Obrigações sociais e trabalhistas	259	(6)
Tributos a recolher	(60)	113
Outros passivos	14	(282)
<b>Caixa gerado nas operações</b>	18.655	22.362
Juros pagos sobre empréstimos (Nota 11)	(11.223)	(11.941)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	7.432	10.421
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições ao intangível	(3.200)	(4.770)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	(3.200)	(4.770)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Amortização de empréstimos e financiamentos (Nota 11)	(8.754)	(7.873)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	(8.754)	(7.873)
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>	(4.522)	(2.222)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.769	16.991
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.247	14.769
<b>Variação de caixa do exercício</b>	(4.522)	(2.222)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Concessionária Rota do Atlântico S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“CRA” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações fechada, com sede em Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, e foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros “SUAPE” (Governo do Estado de Pernambuco).

A extensão concedida é de 44 km, e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco. O trecho de acesso à Ilha de Tatuoca, com extensão de 7,6 km, foi entregue pelo Poder Concedente em 22 de setembro de 2015.

A concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia.

O ano de 2018 foi um ano de relevantes desafios para as empresas no setor de infraestrutura, face ao cenário macroeconômico de baixo crescimento e necessidade de ajustes para se adaptarem ao cenário adverso. Além disso, a greve dos caminhoneiros ocorrida em maio e a consequente emissão da MP 833, trouxe redução da receita operacional da Companhia, tendo em vista a determinação de não mais se cobrar pedágio sobre os eixos suspenso dos caminhões. Desta forma, a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 14.181 durante o exercício de 2018 (R\$ 14.437 em 2017) e, nessa data, os prejuízos acumulados totalizam R\$ 84.883 causados, principalmente, pela deterioração do cenário econômico e consequente redução no tráfego de veículos. A Administração tem tomado ações buscando minimizar seus gastos administrativos e a diversificação de novas receitas acessórias em sua faixa de domínio, bem como receberia (se necessário) todo suporte financeiro de seus acionistas controladores, minimizando assim o risco de continuidade operacional.

#### **(a) Ações do Ministério Público, governança e compliance**

Como é de conhecimento público, encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas no contexto da operação “Lava Jato”, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo determinadas empresas, dentre elas, empresas do Grupo Invepar (acionista direta) e Grupo Odebrecht (acionista indireta).

# Concessionária Rota do Atlântico S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Na medida em que a Companhia: **(i)** não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato; **(ii)** não tenha sofrido busca e apreensão em seus estabelecimentos; **(iii)** não tenha tido nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado; e **(iv)** não haja como determinar se será afetada pelos resultados da referida Operação e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras; a Administração neste momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia.

Em alinhamento com seus acionistas, a Administração da Companhia vem adotando medidas necessárias para o aperfeiçoamento do seu sistema de conformidade, segundo as mais atuais metodologias, além de manter a constante avaliação e apuração dos fatos ocorridos, sempre com vistas a assegurar as melhores práticas de governança.

Esse Sistema de Conformidade inclui, em linhas gerais, desde 2014: **(i)** a implementação do Código de Conduta, já aprovado pelo Conselho de Administração; **(ii)** a operação independente dos Canais Linha de Ética disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral; **(iii)** o funcionamento do Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; e **(iv)** o engajamento dos parceiros comerciais, através da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatória adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção. Complementarmente, implantou um plano anual de treinamentos das novas políticas e código de conduta.

### **(b) Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato de Concessão**

Foi assinado em 12 de setembro de 2017, o 2º Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme pleito de reequilíbrio protocolado pela Companhia, alterando, entre outras providências, o valor da Tarifa Básica de Pedágio em R\$ 0,054 (cinquenta e quatro milésimos de Real) – data-base setembro/2010, que passou a vigorar a partir de 04 de janeiro de 2018, corrigida pelo IPCA do período. Do mesmo modo, foi protocolado em 01 de novembro de 2017, o 3º Pleito de Reequilíbrio do Contrato, onde se busca um ajuste positivo de R\$ 0,02 na Tarifa Básica, além da reprogramação de investimentos. Em 16 de julho de 2018, foi protocolado o 4º Pleito, visando compensar a isenção dos eixos suspensos de caminhões da cobrança de pedágio determinada pela MP 833/18 e em 23 de julho o de prorrogação da construção da rotatória da Curva do Boi. Todos os três pleitos, após serem submetidos a Audiência Pública, análise do Poder Concedente, assim como da Agência Reguladora de Pernambuco (ARPE), foram aprovados e consolidados no 3º Aditivo ao Contrato de Concessão, assinado em 28 de dezembro de 2018.

### **(c) Apresentação das demonstrações contábeis**

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 18 de fevereiro de 2019.

## **2. Resumo das principais práticas contábeis adotadas**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

# Concessionária Rota do Atlântico S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, assim, essas demonstrações contábeis incluem estimativas referentes à seleção da vida útil dos ativos imobilizado e intangível e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação da provisão para imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota nº 3.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seu negócio no futuro ou que teria o aporte de recursos dos seus respectivos acionistas. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### **(a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa para uso da Administração, saldo de fundo de troco, reserva para caixas de praça de pedágios, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses com risco insignificante de mudança de valor.

#### **(b) Ativos financeiros**

##### **(b.1) Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

# Concessionária Rota do Atlântico S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **(b.2) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, e compreendem caixa e equivalentes, contas vinculadas e contas a receber.

### **(b.3) Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

### **(b.4) Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **(c) Contas a receber**

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa.

### **(d) Imposto de renda e contribuição social diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia gerou lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

### **(e) Demais ativos circulantes**

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.



# Concessionária Rota do Atlântico S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **(f) Imobilizado**

Compreende máquinas e equipamentos de informática e móveis e utensílios, não reversíveis ao poder público.

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

### **(g) Ativos intangíveis**

#### **(g.1) Infraestrutura**

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme ICPC 01 – “Contratos de Concessão”, item 17, à medida que a Companhia obtém o direito de cobrar dos usuários do serviço público e a orientação OCPC 5 desse mesmo Comitê (OCPC 5).

O ativo intangível é avaliado pelo custo histórico somado a margem de construção, determinado pela receita estimada de formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita é estimada considerando os investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura, incluindo custos dos empréstimos, e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de desenvolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

O reconhecimento dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que podem vir a afetar os saldos registrados.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada a partir da data em que encontrar-se disponível para ser utilizado nas operações da Companhia.

A amortização do ativo intangível é realizada pelo método linear, a qual está limitada ao prazo da concessão. Na avaliação da Administração é a metodologia que melhor reflete a operação e o contrato de concessão.

#### **(g.2) Software**

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota nº 9.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

# Concessionária Rota do Atlântico S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **(g.3) Estudos e projetos**

Os estudos e projetos para desenvolvimento de concessões são capitalizados e amortizados apenas após a fase de pesquisa ser concluída, nos termos no CPC 04 – “Ativo intangível”, adotando o método linear de amortização, pelo prazo da concessão (35 anos).

### **(g.4) Adiantamento a fornecedores**

Os valores pagos a título de adiantamento aos fornecedores são avaliados ao custo e estão previstos no contrato de execução de obras civis firmado junto às construtoras.

O montante de adiantamento é realizado de acordo com a execução das obras e deduzido dos pagamentos das parcelas mensais posteriores.

### **(h) Impairment de ativos financeiros e não financeiros**

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os ativos não financeiros que estão sujeitos à amortização, é feita uma revisão periódica pela administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram registradas perdas de *impairment*, tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

### **(i) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

### **(j) Provisão para manutenção e conserva**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato de concessão, ao longo de todo o período da concessão.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

# Concessionária Rota do Atlântico S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **(k) Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### **(l) Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

### **(m) Demais passivos circulantes**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

### **(n) Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

A Companhia baseia suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço.

#### **(n.1) Receita de pedágios**

As receitas provenientes de pedágios são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

#### **(n.2) Receita de construção**

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de pelo método de custo acrescido de margem.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem. A receita é reconhecida pela margem anual de 1,00% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

# Concessionária Rota do Atlântico S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **2.2. Normas novas que ainda não estão em vigor**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu o IFRS 16 – “Operações de Arrendamento mercantil, mas que ainda não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1ª de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de arrendamento mercantil” e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção para o exercício de 2019.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC relevantes que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

### **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

##### **(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, reconheceu Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos. Na determinação desses montantes, foram utilizadas as alíquotas previstas para liquidação desses valores.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A estimativa de realização do IRPJ/CSLL diferidos está apresentada na Nota nº 19.

##### **(b) Determinação da amortização dos ativos intangíveis**

A Companhia estimou como base para amortização dos bens intangíveis originados do contrato de concessão, um modelo linear em virtude da insuficiência de subsídios identificáveis as circunstâncias econômicas e operacionais de sua infraestrutura.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, limitado ao prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

# Concessionária Rota do Atlântico S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **(c) Contingências**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança e o passivo contingente é divulgado.

### **(d) Margem de construções**

Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção, a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro estimada pela Administração.

A margem de construção foi definida considerando a divisão entre os custos de monitoramento e gestão despendidos pela Companhia e o total de investimentos previstos, conforme fundamentado por avaliação da área de engenharia da Concessionária.

## **4. Gestão de risco financeiro**

### **a) Considerações gerais**

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas vinculadas, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

### **b) Gerenciamento de riscos**

A Companhia está exposta a riscos de liquidez em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em contas a receber.

A Companhia adota procedimento de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e de mercado financeiro que buscam minimizar a exposição de seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e patrimônio.

### **c) Risco de crédito**

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha.

# Concessionária Rota do Atlântico S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

A Administração adotou medidas para suprir uma eventual insuficiência de capital de giro através da contratação de financiamento de longo prazo e contratação de mútuo de longo prazo junto aos acionistas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Até um ano	Um a cinco anos	Maior que cinco anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>				
Fornecedores	2.484	-	-	2.484
Partes relacionadas	-	-	88.084	88.084
Empréstimos e financiamentos - principal	9.203	47.027	68.134	124.364
Empréstimos e financiamentos - juros provisionados	455	-	-	455
Empréstimos e financiamentos - juros previstos	11.504	35.110	13.518	60.132
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>				
Fornecedores	3.316	-	-	3.316
Partes relacionadas	-	-	81.236	81.236
Empréstimos e financiamentos - principal	8.103	41.829	82.213	132.145
Empréstimos e financiamentos - juros provisionados	483	-	-	483
Empréstimos e financiamentos - juros previstos	12.744	42.422	22.482	77.648

### e) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

### f) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos e financiamentos da Companhia às taxas variáveis eram exclusivamente mantidos em reais.

# Concessionária Rota do Atlântico S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de partes relacionadas somada com empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e contas vinculadas. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento podem ser assim sumarizados:

	2018	2017
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 10)	124.819	132.628
Total de mútuo - partes relacionadas (Nota 12)	88.084	81.236
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(10.247)	(14.769)
Contas vinculadas (Nota 6)	(5.218)	(5.082)
<b>Dívida líquida</b>	<b>197.438</b>	<b>194.013</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>41.873</b>	<b>56.054</b>
<b>Total do capital próprio e de terceiros</b>	<b>239.311</b>	<b>250.067</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>83</b>	<b>78</b>

### 5. Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	
	2018	2017
<b>Ativos, conforme o balanço patrimonial</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	10.247	14.769
Contas a receber	1.470	1.550
Contas vinculadas	5.218	5.082
	<b>16.935</b>	<b>21.401</b>
<b>Outros passivos financeiros</b>		
	2018	2017
<b>Passivos, conforme o balanço patrimonial</b>		
Empréstimos e financiamentos	124.819	132.628
Mútuos - partes relacionadas	88.084	81.236
Fornecedores	2.484	3.316
	<b>215.387</b>	<b>217.180</b>

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa de operação (i)	874	953
Fundo de troca e Fundo fixo	79	55
Bancos conta movimento	639	10
Aplicação financeira de liquidez imediata (ii)	8.655	13.751
	<b>10.247</b>	<b>14.769</b>

(i) Referem-se ao caixa oriundo da operação mantido no cofre da Companhia;

# Concessionária Rota do Atlântico S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), compromissadas e fundos de investimentos, remunerados a taxas que variam entre 98,5% e 100,05% (2017 – 99,6% e 102,2%) do CDI. Os prazos de resgate variam entre um a dois anos e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

### 7. Contas vinculadas

Em consonância com o contrato de financiamento de longo prazo firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as contas bancárias de titularidade da Companhia, abertas junto ao Banco Arrecadador (Banco Bradesco S.A.), movimentável única e exclusivamente pelo banco arrecadador, no que se refere as receitas oriundas da operação. A conta centralizadora, constituída para arrecadação dos direitos cedidos, transfere 60% do seu saldo diário para a Conta de Operação exclusivamente para o pagamento das despesas operacionais da Companhia e 40% do saldo diário verificado na conta centralizadora transfere para a conta garantia, para formação da conta reserva prevista no contrato firmado junto ao BNDES. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo é de R\$ 5.218 (2017 – R\$ 5.082).

### 8. Contas a receber

	2018	2017
Pedágio eletrônico	1.369	1.440
Vale pedágio	85	110
Cartão de débito	16	
	<b>1.470</b>	<b>1.550</b>

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

### 9. Intangível

	Outros intangíveis						Total
	Intangível de infraestrutura (a)	Estudos e projetos	Sistema de arrecadação e de tráfego	Instalações	Outros (b)	Adiantamentos a fornecedores (c)	
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2017</b>	232.435	3.334	3.249	4.761	8.202	362	252.343
Aquisições	991		474	123	3.376		4.964
Amortização	(8.082)	(107)	(471)	(216)	(661)		(9.537)
<b>Saldo contábil</b>	<b>225.344</b>	<b>3.227</b>	<b>3.252</b>	<b>4.668</b>	<b>10.917</b>	<b>362</b>	<b>247.770</b>
Custo	257.309	3.913	5.097	5.475	13.369	362	285.525
Amortização acumulada	(31.965)	(686)	(1.845)	(807)	(2.452)		(37.755)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>225.344</b>	<b>3.227</b>	<b>3.252</b>	<b>4.668</b>	<b>10.917</b>	<b>362</b>	<b>247.770</b>
Aquisições	234		1.148	477	1.204		3.063
Amortização	(8.117)	(107)	(561)	(228)	(701)		(9.714)
<b>Saldo contábil</b>	<b>217.461</b>	<b>3.120</b>	<b>3.839</b>	<b>4.917</b>	<b>11.420</b>	<b>362</b>	<b>241.119</b>
Custo	257.543	3.913	6.245	5.952	14.573	362	288.588
Amortização acumulada	(40.082)	(793)	(2.406)	(1.035)	(3.153)		(47.469)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>217.461</b>	<b>3.120</b>	<b>3.839</b>	<b>4.917</b>	<b>11.420</b>	<b>362</b>	<b>241.119</b>

#### a) Intangível de infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a Infraestrutura da concessão.



# Concessionária Rota do Atlântico S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O cálculo da parcela mensal sobre a vida útil dos bens, é reconhecida no resultado, como amortização, sendo seu valor calculado pelo método linear, a qual está limitada ao prazo da concessão ou a própria vida útil do ativo, quando menor que o prazo da concessão.

O montante do custo está registrado considerando uma margem de construção de 1%, conforme orientações contidas no ICPC 01.

### b) Outros intangíveis

	2018	2017
Máquinas e equipamentos	1.879	1.882
Softwares	1.936	1.696
Intangível em curso (i)	6.469	6.101
Sistemas de telecomunicações	842	784
Computadores e periféricos	42	154
Móveis e utensílios	245	292
Veículos	7	8
	<b>11.420</b>	<b>10.917</b>

- (i) Investimentos realizados visando a extensão da vida útil dos bens envolvidos, devido à necessidade de correções técnicas do projeto inicial da rodovia sobre os trechos construídos pelo Poder Concedente e, posteriormente recebidos do Poder Concedente. Estes itens serão considerados nos futuros pleitos de reequilíbrio econômico conforme atualmente previsto no contrato de concessão.

### c) Adiantamento a fornecedores

O contrato de execução de obras civis assinado pela Companhia em 29 de julho de 2011, junto à Construtora Norberto Odebrecht (“CNO”) e à Construtora OAS S.A. (“OAS”), prevê em cláusula específica o adiantamento de pagamento correspondente ao percentual do preço global para execução dos serviços.

Em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 362 (2017 – R\$ 362) registrado na rubrica de “Adiantamentos a fornecedores” reflete o montante pago a título de adiantamento, sendo R\$ 181 do fornecedor CNO e R\$ 181 do fornecedor OAS (Nota nº13).

## 10. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo dos fornecedores, no montante de R\$ 2.484 (2017 – R\$ 3.316) é representado, substancialmente, pela prestação de serviços para a manutenção e operação da rodovia.

# Concessionária Rota do Atlântico S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Empréstimos e financiamentos

A composição das liberações das operações de empréstimos e financiamentos está apresentada da seguinte forma:

	Liberação	Principal	Vencimento	Encargos (% a.a.)	2018	2017
BNDES - FINEM (a)	fev/14	92.400	dez/27	TJLP + 2,87	75.115	79.891
BNDES - FINEM (a)	fev/14	39.600	dez/27	TJLP + 3,87	32.659	34.620
BNDES - FINEM (a)	jun/15	706	dez/27	TJLP	579	622
BNDES - FINEM (a)	dez/15	5.577	dez/27	TJLP + 3,87	4.974	5.273
BNDES - FINEM (a)	dez/15	13.012	dez/27	TJLP + 2,87	11.492	12.222
					<b>124.819</b>	<b>132.628</b>
Passivo circulante					9.658	8.586
Passivo não circulante					115.161	124.042
					<b>124.819</b>	<b>132.628</b>

- (a) Em fevereiro de 2014, a Companhia contratou financiamento de longo prazo junto ao BNDES – Finem, no montante de R\$ 180.538. Deste montante, o valor de R\$ 132.000 foi liberado em duas tranches, uma de R\$ 92.400 (tranche A) e outra de R\$ 39.600 (tranche B). Em março de 2015, foram excluídas as tranches “D” e “E”, no valor de R\$ 13.400, ajustando o valor do Contrato para R\$ 167.138. Em junho de 2015, foi liberado mais uma tranche de R\$ 706. Em dezembro de 2015, foram liberados montantes das tranches A e B nos valores de R\$ 13.012 e R\$ 5.577, respectivamente. Em 09 de janeiro de 2017, foram cancelados os saldos remanescentes de R\$ 15.843 das tranches “A”, “B” e “C” relativas ao contrato de FINEM junto ao BNDES. No exercício de 2018, a Companhia amortizou o empréstimo no montante de R\$ 19.977 (2017 – R\$ 19.814), sendo R\$ 8.754 (2017 – R\$ 7.873) amortização de principal e R\$ 11.223 (2017 – R\$ 11.941) amortização de juros.

#### (i) Movimentação de empréstimos

<b>Saldo em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>139.067</b>
Encargos financeiros	13.375
(-) Amortização do principal	(7.873)
(-) Juros pagos	(11.941)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>132.628</b>
Encargos financeiros	12.168
(-) Amortização do principal	(8.754)
(-) Juros pagos	(11.223)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>124.819</b>

#### (ii) Garantias

O financiamento de longo prazo junto ao BNDES – Finem, é suportado através de fiança corporativa; de um contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, administração de contas e outras avenças; e de um contrato de penhor de ações firmado entre o BNDES, a Odebrecht Rodovias S.A. (“ODB Rodovias”), a Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“Invepar”), acionistas da Companhia e a Companhia.

# Concessionária Rota do Atlântico S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (iii) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais se aproxima ao seu valor contábil.

### (iv) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

O *Completion* financeiro ocorrerá por meio do cumprimento cumulativo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”), conforme metodologia de cálculo constante no contrato de financiamento, e do Índice “patrimônio líquido” / “ativo total”, ambos considerando o período de 24 meses de amortização de principal e juros da dívida. Até o atingimento do *Completion*, os financiamentos são suportados por fiança corporativa de ambos acionistas na proporção de suas participações acionárias.

### 12. Provisão para manutenção e conserva

A provisão foi constituída considerando as manutenções previstas no contrato de concessão para o período em que se faz necessário a aplicação de tais manutenções para cada um dos trechos, descontados a valor presente de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão. As referidas provisões são consideradas suficientes pela Administração e por sua Engenharia no intuito de suprir as devidas manutenções futuras. A seguir movimentação:

	2018	2017
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	<b>1.796</b>	-
Provisão para manutenção e conserva	2.131	1.796
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>3.927</b>	<b>1.796</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>3.927</b>	<b>1.536</b>
Passivo não circulante	-	260

### 13. Partes relacionadas

	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Adiantamento a fornecedores (Nota 9 (c))	362	362
<b>Passivo</b>		
Mútuo - Partes relacionadas (i)	88.084	81.236
<b>Resultado</b>		
Juros sobre mútuo (i)	6.848	9.378

- (i) Em 09 de junho de 2015, a Companhia contratou mútuo no valor de R\$ 55.000, sendo R\$ 27.500 contratado da OTP e R\$ 27.500 da Invepar, o qual está sendo atualizado pelo percentual de 130% do CDI. O prazo de pagamento original da operação, com renovação automática e mensal até 10 de dezembro de 2015, foi alterado para 15 de janeiro de 2029, conforme 1ª Aditivo celebrado em 09 de dezembro de 2015.

# Concessionária Rota do Atlântico S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo devedor poderá ser liquidado por meio de endividamentos de longo prazo, previamente autorizados pelo BNDES, ou de geração de caixa excedente do próprio projeto. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da dívida é de R\$ 88.084 (2017 – R\$ 81.236).

### a) Honorários da Administração

A remuneração total paga aos Administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, totalizou R\$ 1.426 (2017 – R\$ 1.410), conforme Nota nº 17.

## 14. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o Capital social da Companhia está representado da seguinte forma:

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	Capital social	Participação (%)
Invepar	70.719.454	63.378	50%
ODB Rodovias	70.719.454	63.378	50%
	141.438.908	126.756	100%

### b) Prejuízo por ação básico

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía outros instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	2018	2017
Prejuízo do exercício	(14.181)	(14.437)
Média ponderada de ações (em milhares)	141.439	141.439
Prejuízo por ação - básico e diluído (em reais)	(0,10)	(0,10)

## 15. Receita líquida

	2018	2017
<b>Receita de construção - ICPC 01 (i)</b>	<b>2.695</b>	<b>1.858</b>
Receita de operação		
Receita de pedágio (ii)	49.737	49.876
Receita acessória (iii)	1.215	794
	<b>50.952</b>	<b>50.670</b>
Receita total	53.647	52.528
(-) Impostos sobre receita	(4.481)	(4.433)
	<b>49.166</b>	<b>48.095</b>

(i) A Companhia reconheceu receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

# Concessionária Rota do Atlântico S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, somado 1% de margem.

	2018	2017
Receita de obra de infraestrutura	2.695	1.858
Custos de construção	(2.669)	(1.840)
<b>Lucro</b>	<b>26</b>	<b>18</b>

- (ii) Refere-se à receita oriunda da arrecadação das cinco praças de pedágio ao longo da rodovia;
- (iii) Receita alternativa ou complementar de permissão de uso da faixa de domínio (dutos, publicidade, torres de transmissão, posto de combustível), cuja finalidade é favorecer a modicidade tarifária, nos termos do Contrato de Concessão.

### 16. Custos dos serviços

	2018	2017
<b>Custos operacionais</b>		
Custo com pessoal	(7.059)	(6.397)
Custo com serviços de terceiros	(8.831)	(6.865)
Custo com material, equipamentos e veículos	(2.213)	(1.795)
Amortização do intangível	(9.714)	(9.537)
Provisão para manutenção e conserva	(1.846)	(1.796)
Outros custos	(2.578)	(2.396)
	<b>(32.241)</b>	<b>(28.786)</b>
<b>Custos de infraestrutura (i)</b>		
Custo de construção ICPC01	(2.669)	(1.840)
	<b>(2.669)</b>	<b>(1.840)</b>
	<b>(34.910)</b>	<b>(30.626)</b>

- (i) Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

### 17. Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Despesas com pessoal	(3.063)	(2.895)
Honorários da administração	(1.426)	(1.410)
Serviços de assessoria e consultoria	(2.742)	(3.003)
Gastos gerais administrativos	(1.133)	(1.424)
Provisão para manutenção e conserva	(285)	
Depreciação	(17)	(8)
Outras despesas	(20)	(18)
	<b>(8.686)</b>	<b>(8.758)</b>

# Concessionária Rota do Atlântico S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Resultado financeiro, líquido

	2018	2017
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(12.168)	(13.375)
Juros sobre contrato de mútuo	(6.848)	(9.378)
Comissões e despesas bancárias	(184)	(169)
Outras despesas financeiras	(94)	(149)
	<b>(19.294)</b>	<b>(23.071)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicação financeira	1.027	1.954
Outras receitas financeiras	176	2
	<b>1.203</b>	<b>1.956</b>
	<b>(18.091)</b>	<b>(21.115)</b>

### 19. Imposto de renda e contribuição social diferidos

#### a) Imposto de renda e contribuição social ativos e passivos diferidos

	2018	2017
<b>Ativo - não circulante</b>		
Tributo diferido sobre prejuízo fiscal acumulado	3.924	3.924
Amortização despesas diferidas	-	1.458
Outras diferenças temporárias		236
	<b>3.924</b>	<b>5.618</b>
<b>Passivo - não circulante</b>		
Tributo diferido sobre a margem de construção	(763)	(786)
<b>Tributo diferido líquido</b>		
Tributo diferido ativo (i)	3.924	5.618
Tributo diferido passivo	(763)	(786)
<b>Total de IR e CSLL diferidos</b>	<b>3.161</b>	<b>4.832</b>

- (i) Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Tributo diferido ativo a ser recuperado	2018	2017
2022	-	281
2023	-	602
2024	-	975
2025	196	1.466
2026	208	2.111
2027	116	183
2028	1.106	-
2029	1.030	-
2030	1.268	-
	<b>3.924</b>	<b>5.618</b>

# Concessionária Rota do Atlântico S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado sobre prejuízo fiscal

	2018	2017
<b>Prejuízo do período antes do imposto de renda e contribuição social</b>	(12.510)	(12.403)
<b>Adições</b>		
Adições permanentes	38	17
Outras adições	4.486	3.513
<b>Base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social</b>	(7.986)	(8.873)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (34%)	2.715	3.017
Crédito não reconhecido sobre prejuízo fiscal	(4.386)	(5.051)
<b>Total de IR e CSLL diferidos</b>	<b>(1.671)</b>	<b>(2.034)</b>

### 20. Contingência

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas e tributários, com discussão em esfera judicial.

A Administração, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas decorrentes desse processo em virtude de não ser provável a ocorrência de uma saída de recursos financeiros. Em 31 de dezembro de 2018, o montante de ações considerável como possível perda pelos assessores jurídicos externos é de R\$ 1.657 (2017 R\$ 1.443).

Fora da esfera judicial, em 25 de agosto de 2017, a Companhia foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pela CNO e OAS (em recuperação judicial). As requerentes compuseram o Consórcio Construtor *Expressway*, responsável por parte das obras de adequação e construção da rodovia concessionada e alegam, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, para o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. A assinatura do Termo de Arbitragem ocorreu no dia 23 de maio de 2018, quando se iniciou o prazo para as alegações iniciais das requerentes e posteriormente da Companhia. Ambas alegações foram apresentadas em 07 de agosto de 2018. Em 23 de outubro de 2018, foram protocoladas as respostas às alegações iniciais e em 24 de janeiro de 2019 a réplica às respostas. A Administração e seus consultores externos entendem não haver, no momento, parâmetros para mensuração de resultados.

### 21. Demonstração do fluxo de caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa no exercício. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	2018	2017
Fornecedores	163	(176)
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>163</b>	<b>(176)</b>
Aquisição de ativo intangível	(163)	176
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>(163)</b>	<b>176</b>

# Concessionária Rota do Atlântico S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos, os quais não foram escopo de análise por nossos auditores independentes.

A contratação de seguros é baseada no cumprimento das obrigações contidas em cláusula específica do Contrato de Concessão, onde são exigidos: **(i)** Seguros de riscos operacionais; **(ii)** Seguro garantia de execução; **(iii)** Seguro de responsabilidade civil de operações e **(iv)** Seguro de responsabilidade civil de obras.

Não é parte do escopo do auditor independente avaliar a adequação das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia.

Até 31 de dezembro de 2018, foram contratados os seguros demonstrados a seguir:

Modalidade	Seguradora	Vigência até	Cobertura
Responsabilidade civil geral	Tokio Marine	dezembro de 2019	50.000
Seguro garantia de execução	Fator Seguradora	dezembro de 2019	34.150
Risco operacional	AXA Seguros	junho de 2020	183.739
Seguro D e O	AXA Seguros	junho de 2019	20.000

\* \* \*